

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS EM FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS COM MARCA TERRITORIAL

SUSTAINABLE TOURIST TERRITORIES IN TRANSNATIONAL BORDERS WITH TERRITORIAL BRAND

DOUGLAS ANDRÉ ROESLER

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

GIOVANA GORETTI FEIJÓ ALMEIDA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

PAULO ALMEIDA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA - LEIRIA - PORTUGAL

Comunicação:

O XIII SINGEP foi realizado em conjunto com a 13th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

Agradecimento à órgão de fomento:

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Brasil.

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS EM FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS COM MARCA TERRITORIAL

Objetivo do estudo

Analisar como as fronteiras transnacionais entre Argentina–Brasil–Paraguai e Portugal–Espanha estruturam a governança dos territórios turísticos sustentáveis, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e dos Cinco Ps da Agenda 2030: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Relevância/originalidade

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de governança em territórios turísticos de fronteira, um campo ainda pouco explorado na literatura internacional, especialmente sob uma perspectiva comparada entre distintos contextos geopolíticos.

Metodologia/abordagem

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na análise de experiências territoriais relacionadas ao turismo sustentável em contextos de fronteira transnacional. O método comparativo utilizado teve a função de identificar semelhanças, diferenças e padrões de governança territorial.

Principais resultados

Os resultados indicam que, enquanto a fronteira ibérica apresenta modelos consolidados de cooperação transfronteiriça e políticas integradas de sustentabilidade, com destaque para as Eurocidades e os programas INTERREG, a Tríplice Fronteira sul-americana revela fragilidades institucionais e baixa articulação entre as instituições.

Contribuições teóricas/metodológicas

A governança do turismo sustentável em territórios de fronteira depende da capacidade de articulação multinível, da continuidade institucional e da participação social. As fronteiras podem se tornar zonas de convergência para a inovação e desenvolvimento sustentável.

Contribuições sociais/para a gestão

A pesquisa contribui para o debate sobre sustentabilidade e integração regional, propondo uma matriz analítica aplicável a contextos fronteiriços e oferecendo subsídios para políticas públicas que promovam a cooperação e o desenvolvimento turístico responsável.

Palavras-chave: cooperação internacional, fronteiras transnacionais, governança, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, turismo sustentável

SUSTAINABLE TOURIST TERRITORIES IN TRANSNATIONAL BORDERS WITH TERRITORIAL BRAND

Study purpose

Analyze how the transnational borders between Argentina–Brazil–Paraguay and Portugal–Spain structure the governance of sustainable tourist territories, in light of the Sustainable Development Goals - SDGs and the Five Ps of the 2030 Agenda: People, Planet, Prosperity, Peace and Partnerships.

Relevance / originality

This research is justified by the need to deepen the understanding of governance mechanisms in border tourist territories, a field still little explored in the international literature, especially from a comparative perspective between different geopolitical contexts.

Methodology / approach

This research adopts a qualitative and exploratory approach, focusing on analyzing territorial experiences related to sustainable tourism in transnational border contexts. The comparative method used aimed to identify similarities, differences, and patterns of territorial governance.

Main results

The results indicate that, while the Iberian border presents consolidated models of cross-border cooperation and integrated sustainability policies, with emphasis on Eurocities and INTERREG programs, the South American Triple Frontier reveals institutional weaknesses and low articulation between institutions.

Theoretical / methodological contributions

Sustainable tourism governance in border territories depends on the capacity for multilevel coordination, institutional continuity, and social participation. Borders can become convergence zones for innovation and sustainable development.

Social / management contributions

The research contributes to the debate on sustainability and regional integration, proposing an analytical framework applicable to border contexts and offering support for public policies that promote cooperation and responsible tourism development.

Keywords: international cooperation, transnational borders, governance, Sustainable Development Goals, sustainable tourism

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS EM FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS COM MARCA TERRITORIAL

1 Introdução

O turismo configura-se como uma atividade estratégica para o desenvolvimento econômico e territorial, desempenhando papel relevante na geração de emprego, dinamização de cadeias produtivas locais e valorização do patrimônio cultural e natural. Nas últimas décadas, consolidou-se como um dos principais setores da economia global, representando cerca de 10% do PIB mundial e respondendo por milhões de postos de trabalho diretos e indiretos (UNWTO, 2023). As fronteiras transnacionais são espaços de interface entre Estados soberanos que, longe de serem meras linhas divisórias, configuram zonas dinâmicas de interação social, econômica, cultural e institucional. Essas regiões fronteiriças, muitas vezes marcadas por assimetrias e desafios geopolíticos, também representam oportunidades para a cooperação e o desenvolvimento conjunto, especialmente quando organizadas sob formas específicas de governança territorial (Perkmann, 2003; Medeiros, 2014; Oliveira, 2021). No contexto deste estudo, são analisadas duas fronteiras. Uma delas é a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, reconhecida por seu intenso fluxo turístico, diversidade cultural e importância geoeconômica na América do Sul. A segunda é a fronteira entre Portugal e Espanha, onde destacam-se iniciativas de integração regional promovidas pela União Europeia, como as Eurocidades e os programas INTERREG, que favorecem práticas colaborativas de governança e desenvolvimento turístico sustentável. O turismo sustentável em territórios de fronteira transnacional surge como uma estratégia importante para promover o desenvolvimento equilibrado, respeitar os limites ecológicos e fortalecer os vínculos sociais e culturais entre comunidades vizinhas. Nesses espaços, o turismo não se limita ao consumo de paisagens ou serviços, atuando como catalisador de integração regional, valorização identitária e inovação em políticas públicas (Hall, 2008; Bramwell & Lane, 2011). A sustentabilidade no turismo de fronteira exige, portanto, a articulação entre diferentes níveis de governança e a inclusão dos diversos atores locais, promovendo um modelo de desenvolvimento ancorado nos princípios dos ODS e nos chamados “Cinco Ps” da Agenda 2030: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Gössling & Scott, 2012; UNWTO, 2022). Essa abordagem amplia a visão tradicional de turismo ao integrá-lo a práticas responsáveis e colaborativas, essenciais para enfrentar os desafios da desigualdade, da degradação ambiental e da fragmentação institucional nas regiões de fronteira.

Diante dos desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à crescente complexidade das dinâmicas territoriais nas regiões de fronteira, torna-se essencial compreender como os territórios turísticos transnacionais são governados e planejados de forma a conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. As fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, na América do Sul, e entre Portugal e Espanha, na Europa, representam contextos estratégicos para essa análise, pois envolvem múltiplos atores, culturas e marcos institucionais, além de apresentarem diferentes graus de maturidade em políticas públicas voltadas ao turismo sustentável. Nesse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os territórios turísticos sustentáveis nas fronteiras transnacionais Argentina-Brasil-Paraguai e Espanha-Portugal, com foco na forma como se articulam os arranjos de governança e as práticas alinhadas aos (ODS). A comparação de ambos os casos busca evidenciar boas práticas, lacunas e possibilidades de aprendizado mútuo ao considerar distintas experiências de integração regional.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de governança em territórios turísticos de fronteira, um campo ainda pouco explorado na literatura internacional, especialmente sob uma perspectiva comparada entre

distintos contextos geopolíticos. Ao investigar as experiências da tríplice fronteira sul-americana (Argentina-Brasil-Paraguai) e da fronteira ibérica (Portugal-Espanha), o estudo contribui para o avanço teórico e metodológico sobre a sustentabilidade em regiões transnacionais, incorporando variáveis relacionadas à cooperação institucional, integração territorial e participação social. Ao promover o turismo como vetor de transformação em áreas sensíveis e estratégicas, o estudo oferece ainda subsídios para gestores públicos, organizações da sociedade civil e organismos de integração regional, fortalecendo o papel das fronteiras como espaços de inovação, cooperação e sustentabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Territórios Turísticos Sustentáveis

O conceito de territórios turísticos sustentáveis envolve a articulação entre práticas de turismo e princípios de sustentabilidade aplicados ao espaço geográfico, considerando as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais. Mais do que apenas destinos turísticos, esses territórios são construções sociais e políticas que resultam da interação entre diferentes atores e da adoção de modelos de desenvolvimento que respeitam os limites ecológicos e promovem a equidade social (Saarinen, 2006). A sustentabilidade territorial no turismo inclui a gestão integrada dos recursos naturais, a valorização das identidades locais e o fortalecimento da governança participativa, com especial atenção às populações residentes e à capacidade de carga dos ecossistemas (Beni, 2011; Bramwell & Lane, 2011).

A noção de territórios turísticos sustentáveis transcende a simples ideia de destinos ambientalmente corretos ou de gestão eficiente de recursos naturais. Trata-se de uma construção socioespacial complexa que integra políticas públicas, identidades locais, capacidades institucionais e fluxos turísticos de forma sistêmica e equilibrada. O território, enquanto categoria analítica, é aqui compreendido não apenas como um recorte geográfico, mas como um espaço de vivências, disputas e articulações entre múltiplos atores – públicos, privados e comunitários – cujas ações moldam a paisagem e definem sua vocação turística (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2007).

A sustentabilidade aplicada ao território turístico exige uma abordagem holística, na qual o desenvolvimento não comprometa os recursos e os modos de vida das gerações futuras. Essa perspectiva envolve a proteção do meio ambiente (ODS 13 e 15), a valorização das culturas locais (ODS 11), a geração de trabalho decente (ODS 8) e a construção de parcerias multiescalares (ODS 17), especialmente relevantes em regiões de fronteira, onde as políticas nacionais, muitas vezes, sobrepõem-se e exigem mecanismos de governança coordenada (Bramwell & Lane, 2011; UNWTO, 2022).

Nos territórios turísticos sustentáveis, o planejamento deve ser participativo, descentralizado e adaptado às características socioterritoriais específicas. Como argumentam Beni (2011) e Hall (2019), o sucesso de tais territórios depende da criação de instrumentos de monitoramento, da educação para o turismo responsável e da construção de indicadores que permitam avaliar os impactos reais da atividade turística. Além disso, a sustentabilidade deve ser vista como um processo contínuo de aprendizagem institucional e social, que articula escalas locais e globais, práticas tradicionais e inovações tecnológicas.

Em contextos de fronteiras transnacionais, essa complexidade se intensifica. A gestão do turismo sustentável passa a demandar governança multinível e cooperação internacional para compatibilizar interesses nacionais, promover a mobilidade segura e fomentar a identidade regional como um ativo simbólico (Almeida, 2018).

2.2 Fronteiras Transnacionais

As fronteiras transnacionais deixaram de ser compreendidas apenas como linhas fixas que delimitam a soberania dos Estados para se tornarem espaços multidimensionais e dinâmicos

de interação, articulação e, por vezes, tensão. Ao longo das últimas décadas, com a intensificação dos fluxos econômicos, culturais e políticos, as fronteiras passaram a ser reinterpretadas como zonas de contato, cooperação e negociação entre diferentes regimes jurídicos, atores institucionais e comunidades locais (Newman, 2006; Paasi, 1996). Essas regiões são marcadas pela sobreposição de identidades nacionais, práticas transfronteiriças cotidianas e desafios administrativos específicos, exigindo formas inovadoras de gestão territorial.

O conceito de fronteira, nesse contexto, ganha uma dimensão relacional: mais do que espaços de separação, elas são construções sociais e políticas que podem tanto acirrar desigualdades quanto favorecer processos de integração regional. Segundo Perkmann (2003), as fronteiras transnacionais representam oportunidades para a criação de redes de governança multinível, capazes de articular iniciativas locais com programas de cooperação internacional, como se observa nos projetos financiados pela União Europeia (ex. INTERREG) e em experiências sul-americanas de integração territorial no âmbito do Mercosul e da ZICOSUR.

Em termos territoriais, as fronteiras transnacionais configuram zonas funcionais onde há um entrelaçamento de interesses econômicos (como o comércio e o turismo), sociais (migrações, redes familiares) e políticos (cooperação intergovernamental). Essa complexidade requer abordagens que considerem as assimetrias entre os países vizinhos, o papel das instituições intermediárias e o envolvimento das populações locais nos processos decisórios (Medeiros, 2014). Além disso, a governança nesses territórios deve enfrentar obstáculos como a fragmentação normativa, a desigualdade na capacidade administrativa entre os países e a ausência de mecanismos institucionais consolidados de integração.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na análise de experiências territoriais relacionadas ao turismo sustentável em contextos de fronteira transnacional. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa é apropriada para interpretar fenômenos complexos e contextualmente situados, permitindo compreender significados, dinâmicas e relações sociais que não podem ser capturados somente por dados quantitativos. Além disso, o caráter exploratório da investigação é justificado pela relativa escassez de estudos comparativos focados simultaneamente em turismo, sustentabilidade e governança em regiões transfronteiriças, especialmente entre contextos sul-americanos e europeus.

O método comparativo utilizado neste estudo teve a função de identificar semelhanças, diferenças e padrões de governança territorial nos casos analisados: a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai e a fronteira entre Portugal e Espanha. De acordo com Sartori (1997) e Collier (1993), a comparação entre casos distintos, mas funcionalmente equivalentes, permite a construção de inferências mais profundas e o avanço na construção teórica sobre fenômenos sociais complexos, como as fronteiras transnacionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e da observação indireta. A análise documental abarcou planos estratégicos de desenvolvimento turístico, relatórios institucionais, documentos de organismos multilaterais (como UNWTO, MERCOSUL, União Europeia), legislações nacionais e estudos acadêmicos. Conforme Cellard (2008), a análise de documentos permite investigar discursos, representações e práticas institucionais, revelando como diferentes atores constroem sentidos sobre os territórios turísticos e a sustentabilidade. A observação indireta ocorreu através de fontes secundárias, incluindo dados estatísticos, materiais de divulgação turística e registros midiáticos, com o objetivo de complementar as informações institucionais e identificar como os territórios se apresentam e se posicionam no contexto internacional.

As unidades de análise são os dois territórios turísticos transfronteiriços escolhidos (sulamericano e ibérico), e os critérios de seleção basearam-se na relevância turística, na

existência de fluxos significativos de visitantes, na presença de políticas públicas e nos mecanismos de cooperação regional voltados ao desenvolvimento sustentável.

A análise foi a priori orientada por três eixos temáticos:

- (1) Territórios Turísticos Sustentáveis;
- (2) Fronteiras Transnacionais; e
- (3) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Cada eixo se desdobrou em cinco variáveis analíticas, totalizando 15 variáveis investigadas, que serviram como categorias para o exame comparativo dos casos.

A interpretação dos dados foi feita à luz da análise de conteúdo temática, (Bardin, 2011), permitindo a identificação de núcleos de sentido relacionados à governança, sustentabilidade e cooperação transfronteiriça

3.1 Eixo 1: Territórios Turísticos Sustentáveis

Este eixo envolve variáveis que tratam do planejamento, gestão e práticas sustentáveis nos territórios com vocação turística (Tabela 1).

Tabela 1. Variáveis do Eixo 1

Variável Descrição	Variável Descrição
Planejamento turístico	Existência de planos ou políticas públicas específicas para o turismo com foco em sustentabilidade.
Participação comunitária	Envolvimento das comunidades locais nas decisões sobre o desenvolvimento turístico
Gestão ambiental do território	Práticas de conservação ambiental, gestão de resíduos, proteção de áreas naturais.
Identidade e valorização cultural	Promoção dos patrimônios materiais e imateriais como ativos turísticos sustentáveis.
Infraestrutura turística sustentável	Presença de equipamentos e serviços turísticos alinhados aos princípios de sustentabilidade.

3.2 Eixo 2: Fronteiras Transnacionais

Este eixo refere-se à governança, cooperação e articulação institucional entre países vizinhos na gestão do território turístico (Tabela 2).

Tabela 2. Variáveis do Eixo 2

Variável Descrição	Variável Descrição
Cooperação institucional	Existência de acordos, consórcios, eurocidades ou comitês binacionais/multinacionais.
Governança multinível	Articulação entre esferas de governo (local, regional, nacional e supranacional) na gestão do turismo.
Fluxos e circulação	Facilitação da mobilidade de turistas, bens e serviços entre os países fronteiriços.
Ações conjuntas de promoção turística	Estratégias binacionais ou multilaterais para promoção do destino transfronteiriço.
Assimetrias territoriais	Identificação de desequilíbrios entre os países quanto à infraestrutura, políticas e investimentos em turismo.

3.3 Eixo 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Este eixo relaciona os aspectos do turismo às metas da Agenda 2030 da ONU, especialmente por meio dos 5 Ps (Tabela 3).

Tabela 3. Variáveis do Eixo 3

Variável	Descrição
Pessoas	Inclusão social, equidade de gênero, capacitação de trabalhadores do turismo (ODS 1, 4, 5, 10).
Planeta	Preservação ambiental, combate às mudanças climáticas, uso sustentável de recursos (ODS 12, 13, 15).
Prosperidade	Geração de empregos decentes, estímulo a economias locais e empreendedorismo (ODS 8, 9, 11).
Paz	Segurança do destino turístico, cooperação pacífica entre os países e comunidades (ODS 16).
Parcerias	Estabelecimento de redes colaborativas entre entes públicos, privados e sociais (ODS 17).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai

A região da Tríplice Fronteira entre Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) representa um dos territórios turísticos mais simbólicos da América do Sul. Com uma localização estratégica, esta área é marcada por intensos fluxos populacionais, diversidade cultural, circulação econômica e alto potencial turístico, notadamente pelas Cataratas do Iguaçu, um dos destinos naturais mais visitados do continente.

4.1.1 Territórios Turísticos Sustentáveis

No que se refere ao planejamento turístico, os municípios da tríplice fronteira apresentam assimetrias significativas. Foz do Iguaçu destaca-se por possuir um plano diretor de turismo e integrar o Mapa do Turismo Brasileiro, com políticas voltadas à sustentabilidade, como o fortalecimento da economia local por meio do turismo de base comunitária. Em contraste, Ciudad del Este e Puerto Iguazú possuem planos menos estruturados, com foco mais econômico do que ambiental ou social, refletindo fragilidades institucionais e limitações de financiamento.

A valorização cultural aparece de forma pontual, com destaque para experiências no Brasil, como o turismo étnico-indígena, e eventos culturais binacionais. Contudo, a participação comunitária ainda é limitada nos três municípios, sendo conduzida majoritariamente por organizações públicas ou consórcios, com baixa incidência de processos participativos formais.

Em relação à gestão ambiental do território, destaca-se o Parque Nacional do Iguaçu (Brasil) e o Parque Nacional Iguazú (Argentina), ambos reconhecidos como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, com normas rígidas de conservação ambiental. No entanto, problemas como expansão urbana desordenada, resíduos sólidos e poluição hídrica permanecem críticos, especialmente em Ciudad del Este.

4.1.2 Fronteiras Transnacionais

A governança turística da região é caracterizada por baixo nível de institucionalização da cooperação transfronteiriça. Apesar da existência do Comitê de Fronteira Trinacional, sua atuação é esporádica e limitada por barreiras jurídicas, administrativas e orçamentárias entre os três países.

Há ausência de estratégias conjuntas de promoção turística institucionalizadas. Embora haja algumas ações pontuais, como a "Rota das Cataratas e das Missões", elas não são sustentadas por políticas públicas integradas ou campanhas unificadas. Cada cidade promove seu destino de forma isolada, refletindo a fragmentação do planejamento territorial.

Os fluxos turísticos transfronteiriços são intensos, favorecidos por proximidade geográfica e por isenções fiscais (caso de Ciudad del Este), mas são prejudicados por problemas

de infraestrutura, segurança e controles aduaneiros pouco integrados. A cooperação intermunicipal é frágil e não há mecanismos permanentes de gestão compartilhada dos recursos turísticos.

As assimetrias territoriais são visíveis: Foz do Iguaçu possui maior capacidade institucional e infraestrutura, enquanto Puerto Iguazú e, especialmente, Ciudad del Este enfrentam déficits em saneamento, mobilidade urbana e segurança turística. Essa disparidade dificulta a consolidação da tríplice fronteira como um território turístico sustentável coeso. 4.2 Fronteira Portugal–Espanha A fronteira entre Portugal e Espanha, conhecida como raia ibérica, é uma das mais antigas da Europa e, ao mesmo tempo, uma das mais permeáveis no contexto da União Europeia.

Essa faixa territorial abrange centenas de municípios dos dois países e vem se consolidando, desde a década de 1990, como um laboratório de integração regional e cooperação transfronteiriça, com apoio de programas europeus, como o INTERREG e o POCTEP (Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal). No campo do turismo, a fronteira luso-espanhola tem sido palco de experiências inovadoras de governança compartilhada, valorização patrimonial e desenvolvimento sustentável.

4.2.1 Territórios Turísticos Sustentáveis

O território apresenta avanços significativos em planejamento turístico sustentável, com diversos municípios integrados em redes de cooperação, como as Eurocidades (ex. Eurocidade Elvas-Badajoz, Chaves-Verín), que desenvolvem planos conjuntos de mobilidade, eventos culturais, ecoturismo e valorização de patrimônios históricos.

A valorização cultural e paisagística é um eixo central na política turística da região, com destaque para a reabilitação de centros históricos, rotas temáticas transfronteiriças (como a Rota do Enoturismo e das Fortalezas Abaluartadas) e incentivos à preservação do patrimônio imaterial. A participação comunitária é favorecida pela descentralização administrativa, sobretudo no lado espanhol, com envolvimento ativo de associações locais, universidades e ONGs.

A gestão ambiental também se destaca, com políticas de proteção de áreas naturais (ex. Parque Natural do Tejo Internacional, que atravessa os dois países), projetos de turismo de natureza e incentivos à mobilidade suave (cicloturismo, trilhas transfronteiriças). A região avança no uso de certificações ambientais e na promoção de práticas sustentáveis em alojamentos e serviços turísticos.

4.2.2 Fronteiras Transnacionais

A governança da fronteira luso-espanhola é referência em cooperação transfronteiriça institucionalizada, com forte suporte da União Europeia. As Eurocidades funcionam como mecanismos de governança multinível, com conselhos de gestão binacionais, planos estratégicos integrados e comissões temáticas permanentes. Tal dinâmica garante continuidade e legitimidade institucional das ações de turismo e desenvolvimento.

Há ações conjuntas de promoção turística, como campanhas binacionais, marcas territoriais compartilhadas e participação coordenada em feiras internacionais. A existência do POCTEP e de fundos estruturais europeus permite financiamento estável para projetos sustentáveis.

A circulação de pessoas e bens é fluida devido ao Acordo de Schengen, facilitando o desenvolvimento de rotas turísticas integradas e o compartilhamento de serviços. No entanto, ainda existem desigualdades socioeconômicas entre alguns municípios das duas margens, especialmente no lado português, que sofre com despovoamento e menos dinamismo econômico.

4.2.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A região da fronteira ibérica apresenta experiências alinhadas aos 5 Ps da Agenda 2030, com resultados expressivos em várias metas:

- Pessoas: Existem iniciativas robustas de inclusão, como capacitação de jovens em turismo sustentável, incentivo a projetos liderados por mulheres e revitalização de vilas despovoadas através da economia do turismo (ODS 1, 4, 5, 10).
- Planeta: Políticas ambientais articuladas entre os países contribuem para a preservação de ecossistemas e a redução de emissões, com foco no uso de energias limpas e na gestão de áreas protegidas (ODS 12, 13, 15).
- Prosperidade: O turismo é promovido como vetor de revitalização econômica em áreas de baixa densidade populacional. Projetos de economia circular e inovação social geram oportunidades de negócios sustentáveis, fortalecendo as cadeias produtivas locais (ODS 8, 9, 11).
- Paz: O território é marcado por estabilidade institucional e colaboração pacífica, servindo como exemplo de construção de confiança mútua entre dois países com passados distintos, mas objetivos convergentes (ODS 16).
- Parcerias: Destaca-se a densidade de redes transfronteiriças, consórcios intermunicipais e parcerias entre setores público, privado e acadêmico, impulsionadas por programas como INTERREG e as Comunidades de Trabalho Galiza-Norte de Portugal e Andaluzia-Alentejo-Algarve (ODS 17).

4.3 Análise Comparativa das Fronteiras Transacionais

A análise comparativa entre as fronteiras transnacionais Argentina–Brasil–Paraguai e Portugal–Espanha evidencia contrastes marcantes na estruturação, institucionalização e efetividade da governança territorial voltada ao turismo sustentável. Embora ambas as regiões compartilhem características relevantes, como diversidade cultural, potencial turístico expressivo e centralidade geoestratégica, seus contextos políticos, institucionais e históricos geram trajetórias de governança significativamente distintas.

Na Tríplice Fronteira sul-americana, observa-se um baixo grau de institucionalização da cooperação transfronteiriça, com ações fragmentadas, limitadas por assimetrias institucionais e pela ausência de marcos legais e orçamentários que sustentem políticas públicas comuns. A governança do território turístico está dispersa entre os três países, com pouca articulação entre municípios, setores e esferas de governo. A sustentabilidade aparece mais como retórica em planos estratégicos do que como prática sistematizada e monitorada. Há ainda limitações na participação social, na gestão ambiental urbana e na valorização cultural integrada, o que compromete o alinhamento com os ODS e dificulta a construção de um território turístico sustentável coeso.

Em contraste, a fronteira ibérica apresenta um modelo mais avançado e consolidado de governança transfronteiriça, com estruturas permanentes como as Eurocidades, conselhos de cooperação e acesso a fundos estruturais da União Europeia, como o POCTEP. Esses instrumentos favorecem a continuidade institucional, a descentralização participativa e a integração de políticas públicas entre os dois países. Nesse caso, a sustentabilidade ultrapassa o discurso, sendo um princípio organizador de projetos que articulam mobilidade, patrimônio, inovação social e preservação ambiental, com aderência aos ODS e à Agenda 2030.

Ao aplicar as variáveis analíticas construídas nos três eixos temáticos, verifica-se que a fronteira Portugal–Espanha apresenta mais aderência ao modelo de território turístico sustentável, em todas as dimensões analisadas: planejamento integrado, cooperação institucional, infraestrutura, engajamento comunitário, gestão ambiental e aplicação dos 5 Ps. Já a Tríplice Fronteira, apesar de seu potencial, encontra-se em um estágio menos desenvolvido, com práticas ainda desarticuladas e centradas em políticas nacionais isoladas.

A interpretação crítica dos dados reforça que a governança turística em territórios de fronteira exige mais do que cooperação pontual ou projetos de curto prazo. Ela demanda mecanismos permanentes, confiança mútua entre os atores, financiamento estável e estrutura legal adequada para superar as fronteiras políticas e institucionais, promovendo integração efetiva. Além disso, evidencia-se que o contexto geopolítico (como a inserção na União Europeia) e o nível de maturidade das instituições democráticas e administrativas desempenham papel central na capacidade de construir territórios turísticos verdadeiramente sustentáveis.

Por fim, os resultados sugerem que, para avançar na sustentabilidade em regiões como a Tríplice Fronteira, torna-se fundamental fortalecer a cooperação multilateral, criar estruturas permanentes de governança territorial e alinhar políticas de turismo com os princípios da Agenda 2030, promovendo sinergias entre os níveis local, nacional e internacional. A experiência europeia pode servir como inspiração, mas deve ser adaptada às realidades e limitações locais do Cone Sul, respeitando as especificidades culturais, institucionais e econômicas de cada país.

4.4 Diretrizes para Matriz Analítica de Territórios Turísticos Sustentáveis em Fronteiras Transnacionais

As diretrizes para a matriz analítica são estruturadas a partir de três eixos temáticos principais, cada um composto por cinco variáveis analíticas. Esta estrutura permite a análise comparativa e integrada de diferentes territórios transnacionais, com foco na governança turística sustentável em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Eixo 1: Territórios Turísticos Sustentáveis

Este eixo analisa as práticas de planejamento, gestão e promoção da sustentabilidade nos territórios turísticos, considerando as seguintes variáveis:

1. Planejamento Turístico Sustentável: Avaliação da existência e implementação de políticas, planos diretores ou estratégias específicas para o desenvolvimento turístico com enfoque em sustentabilidade.
2. Participação Comunitária: Grau de envolvimento das comunidades locais nos processos de decisão e na gestão das atividades turísticas.
3. Gestão Ambiental do Território: Presença de práticas e políticas voltadas à conservação ambiental, à gestão de resíduos e à proteção de áreas naturais.
4. Identidade e Valorização Cultural: Ações para promoção, preservação e valorização dos patrimônios culturais (materiais e imateriais) como ativos turísticos.
5. Infraestrutura Turística Sustentável: Disponibilidade e qualidade de equipamentos e serviços turísticos que sigam princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Eixo 2: Fronteiras Transnacionais

Este eixo avalia os mecanismos de cooperação institucional, a articulação multinível e a integração territorial entre os países envolvidos, por meio das seguintes variáveis:

6. Cooperação Institucional: Existência de acordos formais, consórcios, eurocidades, comitês binacionais ou outras formas de governança institucionalizada entre os territórios de fronteira.
7. Governança Multinível: Grau de articulação e coordenação entre os diferentes níveis de governo (local, regional, nacional e supranacional) na formulação e execução de políticas turísticas.
8. Fluxos e Circulação Transfronteiriça: Condições para a mobilidade de pessoas, bens e serviços entre os países, incluindo aspectos como facilitação de fronteiras, infraestrutura de transporte e circulação de turistas.

9. Ações Conjuntas de Promoção Turística: Existência de campanhas, estratégias de marketing territorial ou projetos de promoção turística desenvolvidos de forma integrada entre os territórios.

10. Assimetrias Territoriais: Identificação das desigualdades entre os territórios analisados, considerando infraestrutura, capacidade institucional, investimentos públicos e oferta turística.

Eixo 3: Alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O terceiro eixo aborda como os territórios turísticos de fronteira integram os princípios dos ODS e dos Cinco Ps da Agenda 2030 em suas políticas e práticas:

11. Pessoas (People): Iniciativas que promovam inclusão social, redução das desigualdades, equidade de gênero, educação e capacitação profissional no setor turístico.

12. Planeta (Planet): Políticas e práticas de preservação ambiental, enfrentamento das mudanças climáticas, uso sustentável de recursos naturais e proteção de ecossistemas. 13. Prosperidade (Prosperity): Ações que favoreçam a geração de emprego, renda e empreendedorismo local, com foco em um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

14. Paz (Peace): Condições de segurança pública, estabilidade institucional, convivência pacífica entre comunidades e promoção de um ambiente turístico seguro.

15. Parcerias (Partnerships): Existência de redes colaborativas, parcerias público-privadas, consórcios e participação de múltiplos atores sociais na governança do turismo sustentável.

Essa matriz pode ser aplicada a qualquer território transnacional para analisar ou implementar estratégias de turismo sustentável, considerando suas especificidades culturais, institucionais, ambientais e socioeconômicas. Ela permite diagnósticos comparativos, identificação de lacunas, formulação de políticas e o acompanhamento da evolução das ações territoriais alinhadas aos ODS.

5 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo analisar e comparar como as fronteiras transnacionais Argentina–Brasil–Paraguai e Portugal–Espanha fazem a governança dos territórios turísticos sustentáveis, à luz dos princípios da Agenda 2030 e (ODS). A análise evidenciou que, embora ambas as regiões possuam relevância turística, multiculturalismo e fluxos transfronteiriços intensos, apresentam níveis bastante distintos de articulação institucional, planejamento e sustentabilidade na gestão do turismo.

A Tríplice Fronteira sul-americana revela um contexto de fragilidade institucional, baixa integração política e ausência de mecanismos de governança transfronteiriça permanentes, o que compromete a construção de um território turístico sustentável unificado. Já a fronteira ibérica, amparada por instrumentos de cooperação consolidados no âmbito da União Europeia, demonstra avanços significativos na governança territorial, com ações integradas em sustentabilidade, turismo e inclusão social, alinhadas aos ODS.

A pesquisa contribui ao articular os conceitos de territórios turísticos sustentáveis, fronteiras transnacionais e Agenda 2030 em uma perspectiva comparativa, oferecendo diretrizes para uma matriz analítica que pode ser aplicada em outros territórios turísticos sustentáveis com fronteiras transnacionais. Do ponto de vista prático, os resultados indicam a necessidade de se investir em governança colaborativa, cooperação multinível, descentralização com participação cidadã e planejamento territorial de longo prazo, especialmente em regiões de fronteira marcadas por desigualdades estruturais, como na América do Sul.

Recomenda-se que os países da Tríplice Fronteira avancem na institucionalização de consórcios transfronteiriços e mecanismos de financiamento conjunto, com participação de universidades, setor privado e sociedade civil, inspirando-se em experiências como as Eurocidades ibéricas. A adoção de indicadores específicos para medir a contribuição do turismo

aos ODS em territórios de fronteira também se mostra uma estratégia relevante para o monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Como limitação, a pesquisa baseou-se em dados secundários e documentos institucionais, reforçando a importância de estudos futuros com pesquisa de campo, entrevistas com gestores e análise de percepções locais. Sugere-se, ainda, o aprofundamento em outras fronteiras turísticas da América Latina e da Europa, ampliando o escopo comparativo e permitindo generalizações mais robustas.

Conclui-se que a sustentabilidade do turismo em territórios transnacionais depende diretamente da qualidade da governança territorial, da articulação entre escalas de poder e da capacidade de promover políticas integradas e participativas. Fronteiras não precisam ser espaços de separação, contudo, podem se tornar zonas de convergência para a inovação institucional, a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial compartilhado.

REFERÊNCIAS

- Almeida, G.G.F. (2018). Marca territorial como produto cultural no âmbito do Desenvolvimento Regional. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (Ed. revista e ampliada). Lisboa: Edições 70.
- Beni, M. C. (2011). Análise estrutural do turismo, 14 ed. São Paulo: SENAC.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 411-421. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586>
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupard et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, 295-316. Petrópolis: Vozes.
- Collier, D. (1993). The comparative method. In A. Finifter (Ed.), *Political Science: The State of the Discipline II* (pp. 105–119). Washington: American Political Science Association.
- Dodds, R., & Butler, R. (2019). *Overtourism: Issues, realities and solutions*. Berlin: De Gruyter.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Gössling, S., & Hall, C. M. (2019). *Sustainable Tourism: A global perspective*. London: Routledge.
- Gössling, S., & Scott, D. (2012). *Tourism and water: Interactions, impacts and challenges*. Channel View Publications.
- Haesbaert, R. (2007). *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto.
- Hall, C. M. (2008). *Tourism planning: Policies, processes and relationships* (2 ed.). London: Pearson Education.
- Hall, C. M. (2019). Constructing sustainable tourism development: The 2030 Agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 1044–1060. <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1560456>
- Medeiros, E. (2014). Cross-border cooperation in EU regional policy: A fair deal? *European Journal of Spatial Development*, 13(2), 1–25.
- Medeiros, E. (2022). *European territorial cooperation: Theoretical and empirical approaches to cross-border governance*. Cham: Springer.
- Newman, D. (2006). The lines that continue to separate us: Borders in our 'borderless' world. *Progress in Human Geography*, 30(2), 143–161. <https://doi.org/10.1191/0309132506ph599xx>
- Oliveira, C. (2021). Governança transfronteiriça e redes de cooperação internacional: O caso da fronteira Brasil-Paraguai. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38, e0170. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0170>
- Paasi, A. (1996). *Territories, boundaries and consciousness: The changing geographies of the Finnish-Russian border*. Chichester: John Wiley & Sons.

- Perkmann, M. (2003). Cross-border regions in Europe: Significance and drivers of regional cross-border co-operation. *European Urban and Regional Studies*, 10(2), 153– 171. <https://doi.org/10.1177/0969776403010002004>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121–1140. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.06.007>
- Sartori, G. (1997). *Comparative method: A primer*. In L. Diamond & M. F. Plattner (Eds.), *Democracy: A Reader*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Sharpley, R. (2014). *Tourism, tourists and society* (5th ed.). London: Routledge.
- UNWTO. World Tourism Organization. (2022). *Tourism for Sustainable Development in Least Developed Countries – Leveraging the SDGs for Inclusive Growth*. Madrid: UNWTO. <https://www.unwto.org>
- UNWTO. World Tourism Organization. (2023). *World Tourism Barometer – January 2023*. Madrid: UNWTO. <https://www.unwto.org/taxonomy/term/347>